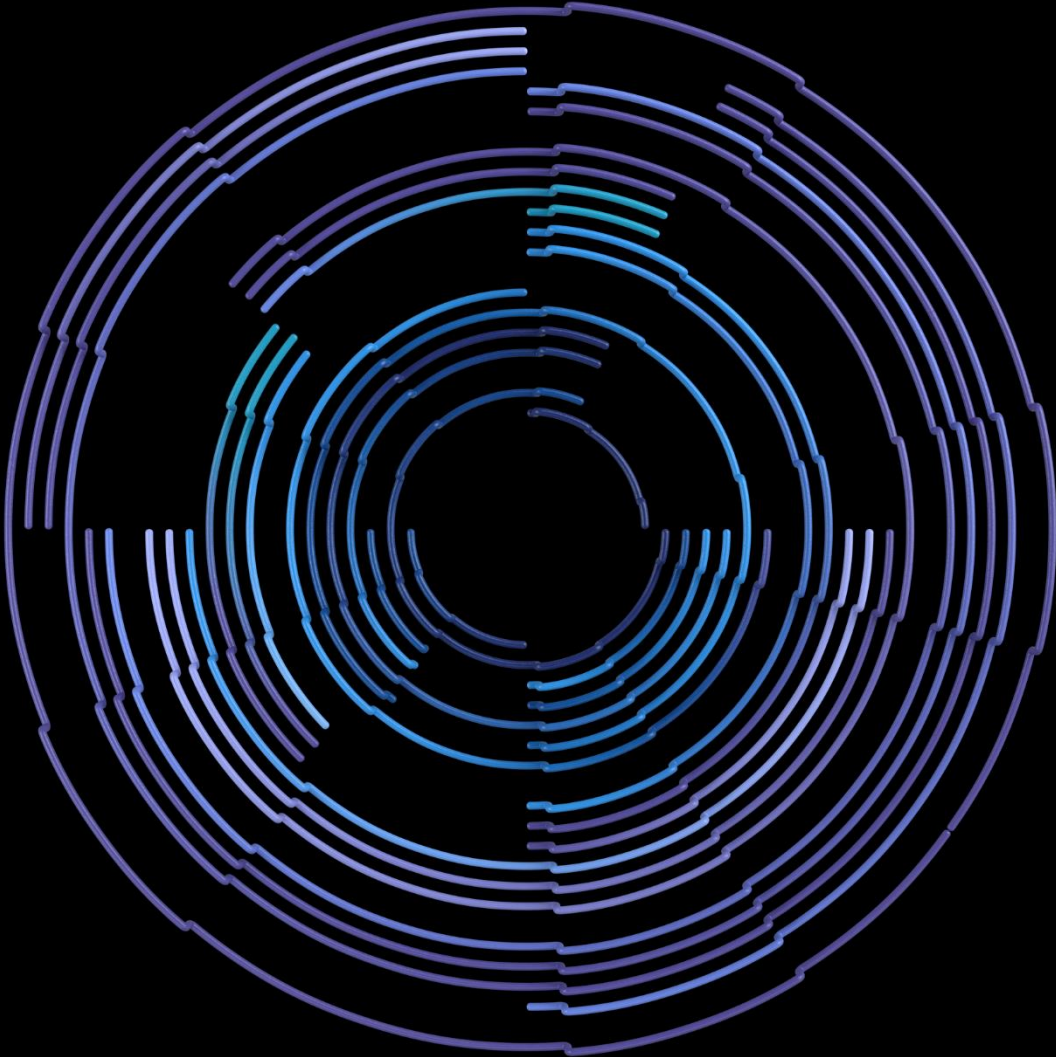


Deloitte.



Fraud Survey
Angola 2020
Clear and focused
attention

Forensic ●

Prefácio



Alves da Rocha

Professor Titular da
Universidade Católica de Angola

Não se deve perder de vista que a situação macroeconómica do país é uma condicionante forte da tomada de medidas de reequilibragem dos mais importantes agregados macroeconómicos, financeiros e monetários. Também são conhecidas as arbitragens a respeitar no relacionamento entre as variáveis monetárias e as variáveis reais do sistema económico nacional. Assim como a “desarticulação” temporal entre o curto e o médio prazo pode influenciar a natureza das políticas económicas (o caso do desemprego é um exemplo, não havendo soluções sustentáveis a curto prazo).

É verdade que a diversificação, especialmente das exportações, não está a acontecer, nem no ritmo necessário, nem na dimensão desejada. Agentes económicos, Governo, economistas e centros de investigação angolanos sabem que a diversificação das exportações é, provavelmente, a única via alternativa de se arrecadar mais moeda externa.

Mas também se conhecem os constrangimentos para o aumento das exportações não minerais. Os mercados externos são altamente exigentes em preços, qualidade, marketing, respeito por prazos de entrega, acolhimento de normas de qualidade internacionais, respeito pelos direitos humanos (recusando-se produtos dos quais se desconfie haver dumping social, etc., requisitos ainda bastante longe de cumprimento pelo sistema produtivo nacional.

A pandemia covid19 provocou no país dois choques (em cima de um outro depois de 2014, com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional): um choque na procura e um outro na oferta (que necessitam de serem quantificados para melhor se traçarem políticas de avivamento da economia, ou seja, quanto da recessão se deveu a um e a outro, qual o dominante dos dois e o que vai prevalecer no futuro). O choque na procura derivado da pandemia manifesta-se na redução das despesas de consumo das famílias (devido aos confinamentos e à incerteza e ao não apoio financeiro da parte do Estado¹). O choque na oferta verificou-se devido às mudanças rápidas na organização do trabalho e na produtividade. Claramente que a recuperação destes efeitos e alterações só a longo prazo, sendo para isso necessário conhecer-se a contabilidade do crescimento em Angola (quais as contribuições dos factores de produção capital-força de trabalho-tecnologia-inovação).

¹ A redução do consumo das famílias ocorreu também por força da desvalorização da moeda nacional, pela política cambial e pelo descontrolo da inflação.

As Contas Nacionais Trimestrais relativas ao II Trimestre de 2020 do INE comprovam este choque na oferta, embora o mesmo não tenha sido como causa exclusiva a crise sanitária (início em Março passado). Na nota de Imprensa do INE o valor apresentado é de uma recessão do PIB de -8,8%, ou seja, uma variação acumulada, entre Janeiro e Junho, de -10,6%.

As informações referentes à série trimestral com início em 2015 confirmam que a perda de capacidade e o afrouxamento da dinâmica de crescimento da economia nacional se iniciaram no I Trimestre de 2015 e a recessão fez o seu aparecimento no III Trimestre desse mesmo ano. Daí para a frente e salvo passageiros incidentes de variação real positiva do PIB (insignificantes para influenciar a tendência de decrescimento), a recessão instalou-se na economia, com as consequências sociais conhecidas e esperadas (aumento do desemprego, incremento da pobreza, aceleração das desigualdades, diminuição do rendimento, quebra do poder de compra dos salários). A recessão económica, a degradação social e a perda de valor dos rendimentos são potenciais oportunidades para o aparecimento de desvios na gestão financeira das empresas.

Em termos sectoriais, a análise da Folha Informativa do INE, Setembro 2020, suscita as observações seguintes:

- a) Os choques de oferta foram mais expressivos nas Pescas (-27,8%), na Extracção de Petróleo e Refinação (-8,2%), Diamantes (-15,6%), Transformadora (-4,3%), Construção (-41%), Comércio (-0,1%), Transportes (-78,9%), Imobiliário (-17,6%) e Governo (-7,1%).
- b) Salvaram-se as actividades não envolvidas directamente nos confinamentos, como a agro-pecuária (+2,3%), a electricidade e água (+4,4%) e as telecomunicações (+7,3%).

O Doing Business 2020 aponta para uma descida de 4 posições no ranking de 190 economias, subindo da 173ª para a 177ª, passando Angola a integrar a lista das 15 piores economias para se fazerem negócios. Da lista de indicadores fazem parte 7 directa e indirectamente relacionados com a Administração do Estado. Da lista dos 10 indicadores seleccionados pelo Banco Mundial para aferição do ambiente de negócios em cada país dos 190 constantes do Índice, não faz parte a “fraude” praticada pelas empresas, objecto de análise neste estudo da Deloitte para Angola. Pelo menos directamente, pois em itens como “facilidade de abertura de empresas”, “registo de propriedade”, “obtenção de crédito”, “pagamento de impostos”, “execução de contratos” e “resolução de insolvências” se pode encontrar campo aberto para a prática de fraude.

Julgo saber que até este trabalho da Deloitte não se tinha noção da fraude no país, pelo menos, do modo tão sistematizado como o apresentado no estudo. Muito menos dos efeitos negativos sobre a organização e funcionamento das empresas (e claro sobre a capacidade de obtenção de lucros). A fraude acaba por ser um factor de distorção dos mercados onde as empresas actuam, com as consequências nocivas conhecidas em matéria de preços.

Da apreciação geral dos resultados dos inquéritos fica a percepção de Angola ser um país propenso à fraude, fruto da não compreensão de que nos negócios a ética tem um papel importante, enquanto lisura nos negócios, transparência nas contratações, atracção de parceiros, honestidade de processos. Parece que entre nós, pela forma como a mesma ocorre e se multiplica, vigora uma espécie de “Xico espartismo”, através do qual o sucesso empresarial e pessoal é avaliado pela nossa

sociedade. A corrupção – relacionada com a fraude e um dos seus elementos – igualmente costuma ser valorizada socialmente nos mesmos termos, isto é, o objectivo primordial é o da obtenção de benefícios e rendimentos, não importa através de que modalidades e processos.

No estudo identificam-se 50% das empresas inquiridas com a percepção de que este desvio comportamental traduzido na fraude aumentou de 2019 para 2020 e, preocupante, 61% visionam o seu aumento no futuro. Para além de aspectos relacionados com a formação do carácter das pessoas – no fim do dia as organizações são agrupamentos de pessoas com as suas idiossincrasias –, dependente da educação que ao longo da vida lhes é ministrada na família, nas escolas e na sociedade, a fraude e a corrupção também são explicadas pelas oportunidades de as praticar, dependendo da organização das empresas (rigor das regras de relacionamento internas e externas), da própria sociedade e dos valores que a encimam) e do nível médio de rendimento propiciado pela economia (afinal pelas próprias empresas, enquanto células básicas dos sistemas produtivos). O efeito-imitação pode ter, nestes casos, uma influência assinalável, levando à prática da fraude e da corrupção como meios de obtenção de benefícios pecuniários ou outros necessários à construção de um certo padrão de vida associado aos mais possidentes.

Segundo o que se pode depreender dos resultados do estudo, o rendimento médio auferido pelos empregados das organizações empresariais pode não ser um factor relevante da prática de fraude, já que quase 70% apontam como agentes da mesma no país os quadros médios e superiores, supostamente os mais bem remunerados nas empresas. Ficam assim os valores, a educação e a ética enquanto elementos a serem trabalhados

para alterar este tipo de comportamentos disruptivos. Um longo caminho a percorrer querendo-se uma sociedade mais transparente e honesta. Alguns passos, muito tímidos ainda, se estão a dar no sentido de uma correcção de valores e ajustamento de comportamentos, com a introdução de disciplinas relacionadas com a ética e a moral nos vários graus de ensino no país.

Praticamente 60% dos inquiridos identificaram a corrupção como a principal forma de fraude em Angola, em linha com a classificação do país no Índice Internacional de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional. E também em conformidade com a classificação do Mo Ibrahim Index de 2020, que coloca a governação angolana em 42º lugar, entre 45 países africanos analisados.

Sendo afinal as empresas um reflexo da sociedade onde se inserem e da Administração Pública que traça as políticas, acabam, no final das contas, por não serem surpreendentes os resultados sobre a percepção da fraude em Angola.

Este estudo da Deloitte é um bom contributo para o conhecimento do fenómeno da fraude em Angola. Seguramente são-me permitidas as sugestões seguintes:

- a) A construção de um índice geral de percepção da fraude em Angola, semelhante ao da corrupção.
- b) A integração da Administração Pública no “survey”, por ser uma fonte importante de fraude na sociedade.
- c) A apresentação de comparações internacionais, partindo do carácter global da Deloitte no mundo, pressupondo a existência de inquéritos semelhantes noutros países.

Luanda, 17 de Novembro de 2020

Deloitte.

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respectivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de audit and assurance, consulting, financial advisory, risk advisory, tax e serviços relacionados. A nossa rede de firmas membro compreende mais de 150 países e territórios e presta serviços a quatro em cada cinco entidades listadas na Fortune Global 500®. Para conhecer o impacto positivo criado pelos aproximadamente 312.000 profissionais da Deloitte aceda a www.deloitte.com.

Esta comunicação contém apenas informação de carácter geral, pelo que não constitui aconselhamento ou prestação de serviços profissionais pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited, pelas suas firmas membro ou pelas suas entidades relacionadas (em conjunto a "Rede Deloitte"). Deve aconselhar-se com um profissional qualificado antes de tomar qualquer decisão que possa afectar as suas finanças ou negócio. Nenhuma entidade da Rede Deloitte pode ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas sofridos por quem haja baseado a sua decisão nesta comunicação.